

DESLOCAMENTO DE TRABALHADORES E EXPLORAÇÃO: breves considerações.

BEATRIZ DOS SANTOS DE OLIVEIRA FEITOSA*

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é trazer contribuições teóricas no tocante ao tema da escravidão contemporânea, buscando por meio da produção historiográfica acerca da temática, dar visibilidade ao processo de construção das relações que se estabelecem entre trabalho e trabalhadores no mundo contemporâneo, ao refletir acerca da própria constituição do trabalho enquanto atividade que garante a reprodução da condição humana.

A compreensão dos deslocamentos de trabalhadores e a vulnerabilidade decorrente foi trabalhada levando em conta as contribuições teóricas acerca do assunto. Trata ainda da constituição da propriedade no Brasil e do acesso limitado a ela que teve como marca a desterritorialização, cujos reflexos se traduzem na existência de vidas em suspense desses trabalhadores no mundo do trabalho contemporâneo que vivem entre a flexibilização e o trabalho escravo.

O aporte teórico, centra-se nas reflexões acerca de um modelo de sociedade que prima pelo trabalho ao mesmo tempo em que nega o mesmo, devido aos processos de tecnificação no processo produtivo, o diálogo com a obra “A Condição Humana” de Hannah Arendt (2010), permite entender a constituição dessa sociedade do trabalho. Ao pensar nos trabalhadores nesse modelo de sociedade, o diálogo com a obra de Bauman (2005), possibilitam pensarmos a existência de seres humanos que acabaram se tornando redundantes frente aos novos quadros de atividades que são apresentadas.

Nossas reflexões são resultantes do diálogo teórico em torno da questão e da atividade de pesquisa desenvolvida durante um ano junto ao projeto de “*Ação Interinstitucional para Qualificação e Reinserção Profissional dos Trabalhadores Resgatados do Trabalho Escravo e/ou em Situação de Vulnerabilidade*”, que se constituiu por meio de parceria entre Ministério do Trabalho e Emprego representado pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego

* Professora da Rede de Educação Básica vinculada à Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS), aluna do curso de doutorado em História vinculado ao Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pesquisadora do Grupo de Pesquisa em História, Terra e Trabalho (GPHTT) vinculado ao Núcleo de Pesquisa em História (NPH) da UFMT, sob orientação do Professor Doutor VitaleJoanoni Neto.



de Mato Grosso (SRTE/MT), Ministério Público do Trabalho através da Procuradoria Regional do Trabalho 23ª Região (PRT/MT) e Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) representada pelo Grupo de Pesquisa História, Terra e Trabalho.

As informações resultantes do trabalho de pesquisa junto ao referido projeto, permitem visualizar uma situação de vulnerabilidade de trabalhadores em constantes deslocamentos pelo Brasil que chegam ao estado de Mato Grosso e por conta da pouca condição de manterem sua existência, acabam engrossando os números da escravidão por dívida no estado.

PENSANDO O TRABALHO NO MUNDO DO NÃO TRABALHO

(...) Não mais acordavam nas madrugadas escuras para ouvir o chilrear sonolento dos primeiros pássaros, ou o vento matinal soprar em torno da casa, enquanto aguardavam os primeiros clarões à luz dos quais deveriam rumar para os campos amados. Tudo isso tinha sido esquecido, e as colheitas eram calculadas em dólares, e as terras eram avaliadas pelo capital mais juros, e as terras eram compradas e vendidas, antes mesmo que tivessem sido plantadas. Então as colheitas fracassavam e secas e inundações não mais significavam pequenas mortes em meio à vida geral, mas apenas perda de dinheiro. E todos os seus amores eram medidos a dinheiro, e toda a sua impetuosidade se diluía à medida que seu poder crescia, até que finalmente eles nem mais eram fazendeiros ou sitiante, mas apenas homens de negócios, pequenos industriais, que tinham que vender para poder obter qualquer coisa. E os fazendeiros que não eram bons negociantes perdiam suas terras para os que eram bons negociantes. Não importava quão trabalhador e diligente um homem era, e o quanto amava a terra e tudo o que nela crescia, desde que não fosse também um bom negociante. E com o tempo os bons negociantes apropriavam-se de todas as terras, e as fazendas iam aumentando de tamanho, ao mesmo tempo que diminuía em quantidade. (1979, P. 6)

Jonh Steinbeck, *As Vinhas da Ira*

O relato apresentado do romance de Steinbeck, aponta a mudança na vida de uma família que migrou pelos Estados Unidos à procura de melhores condições de vida, e o que encontrou foi um quadro de exclusão no qual o trabalho conseguido nas grandes fazendas permitiu apenas que sobrevivessem com grandes privações.

Este é um relato ainda bastante presente nos quadros de migração brasileira, especialmente no período posterior ao ano de 1970, quando as políticas de governo contribuíram para uma formatação social com características de extrema desigualdade social. Esta situação tem levado a necessidade de refletir acerca da necessidade de trabalho decente em condições históricas de negação de trabalho e emprego, dentre as inúmeras formas de negação de trabalho, que na concepção de Arendt (2010), constituiria a própria “condição humana”, está a questão do advento da tecnologia, cujo limite desta produção não nos permite um maior aprofundamento. A discussão em torno da produção de tecnologias perpassa todo o livro de Arendt, conduzindo a reflexões acerca da condição humana ligada ao mundo do trabalho em uma sociedade que vem caminhando para a eliminação do trabalho, da forma como o conhecemos hoje.

Para Arendt a condição humana está ligada ao trabalho, uma vez que é a ação dos seres humanos que atribuiu sentido às coisas, para a autora a distinção entre “*trabalho*” e “*obra*” não passa necessariamente pela concepção que os gregos davam aos dois termos, para ela a “*obra*” estaria ligada a atividades que garantem o processo vital dos seres humanos “(...) *Ao contrário da atividade da obra (working), que termina quando o objeto está acabado, pronto para ser acrescentado ao mundo comum das coisas, a atividade do trabalho (laboring) move-se sempre no mesmo círculo prescrito pelo processo biológico do organismo vivo, e o fim das ‘fadigas e penas’ só advém com a morte desse organismo.*” (ARENDDT, 2010, P. 121)

No tocante a crítica ao trabalho de Marx, anunciada por Arendt, consideramos que o cerne da contradição referida é que, enquanto o trabalho seria responsável pela humanização do ser humano, a fase da liberdade humana seria a fase do não trabalho, a autora questiona a concepção de felicidade fruto dessa possível libertação do trabalho, discutida por Marx, apontando que,

O resultado é aquilo que eufemisticamente é chamado de cultura de massas; e o seu arrigado problema é uma infelicidade universal, devida, de um lado, ao problemático equilíbrio entre o trabalho e o consumo e, de outro, à persistente demanda do *animal laborans* de obtenção de uma felicidade que só pode ser alcançada quando os processos vitais de exaustão e de regeneração, de dor e de alijamento da dor, atingem um perfeito equilíbrio. A universal demanda de felicidade e a infelicidade em nossa sociedade (...) são alguns dos mais persuasivos sintomas de que já começamos a viver em uma

sociedade de trabalho que não tem suficiente trabalho para mantê-la contente (ARENDDT, 2010, P. 166)

Explicando aquilo que antes do advento da modernidade era o resultado de trabalho, pois era feito para durar, tornou-se resultante da obra e passou a ser considerado algo metabólico,

Quanto mais fácil se tornar a vida em uma sociedade de consumidores ou de trabalhadores, mais difícil será preservar a consciência das exigências da necessidade que a compele, mesmo quando a dor e o esforço, as manifestações externas da necessidade, são quase imperceptíveis. O perigo é que tal sociedade deslumbrada pela abundância de sua crescente fertilidade e presa ao suave funcionamento de um processo interminável, já não seria capaz de reconhecer a sua própria futilidade – a futilidade de uma vida que “não se fixa em assunto algum que seja permanente, que continue a existir depois de terminado (seu) trabalho”.(ARENDDT, 2010, P.167-168)

Diante desse debate em torno do trabalho, faz-se conveniente abordar a preocupação de grupos políticos e membros da sociedade civil que vem se debruçando acerca da temática. A “Agenda Nacional de Trabalho Decente”, produzida em 2006, aponta para esta preocupação ao tratar da necessidade de gerar trabalho decente para combater a pobreza e as desigualdades sociais, “(...) *Trabalho decente – condição fundamental para superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável (...)*” (www.oit.org.br/info/downloadfile.php?fileI.d=237. p. 05).

Consideramos importantes algumas reflexões referentes a constituição da propriedade territorial no Brasil para pensarmos os quadros de degradação humana de que são vítimas os trabalhadores abordados pelo projeto “Ação Integrada”. No quadro geral de migrações que se apresentam no território brasileiro, percebemos a possibilidade de analisar dois momentos, o primeiro pós - 1970, quando por incentivos governamentais se firmou a grande propriedade por meio de créditos subsidiados. Naquele momento eram migrantes da região sul do país que acessavam com facilidade essas terras, constituindo a grande propriedade, que mais tarde originaria as empresas rurais, nos últimos anos, designadas de agronegócio.

Num segundo momento, contratou-se mão-de-obra barata para o trabalho nessas grandes propriedades, peões para o trabalho nas fazendas e cortadores de cana para o trabalho

nas usinas. No livro “Do sonho da terra à terra do sonho: memória da reconstrução da vida privada no Mato Grosso após 1970”, Joanoni Neto (2006, p. 196) assim se refere a movimentos migratórios análogos:

O Brasil é do ponto de vista do estudo das migrações, um imenso organismo vivo, com deslocamentos freqüentes e multidirecionados. Há um fluxo que denominaremos alternativo, e outro dirigido. Nenhum deles pode ser visto como espontâneo; a diferença entre ambos é que o primeiro é motivado pela pressão na origem, enquanto o segundo soma a essa, uma orientação quanto ao destino. Ambos resultam das ações do Estado para driblar as pressões sociais e econômicas, que em dado momento se estabelecem em determinadas regiões, rurais ou urbanas, impelindo as pessoas a saírem em busca de alternativas econômicas, ora procurando colocação profissional, ora fugindo da proletarização, que para o pequeno camponês é sinônimo de miséria nas periferias das cidades. (...)

Compreender a dinâmica de reocupação, ou seja, do processo pós-1970 que marcou a concentração de pessoas no estado de Mato Grosso, bem como as relações de trabalho e de degradação humana, resultante do trabalho escravo contemporâneo no estado, passou pela compreensão de conceitos historiográficos fundamentais para o trabalho de representação do espaço matogrossense.

Said (1990) na obra “*Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*”, apontou que “*a análise do texto orientalista, enfatiza a evidência, que de modo algum é invisível, de tais representações como representações, e não como descrições naturais do Oriente*” (1990, p.32). Neste aspecto cabe salientar que, o trabalho do historiador não seria fabricar, produzir um objeto, mas um trabalho da representação por meio da prática da observação, mediada pelo amadurecimento teórico e aliado às práticas dos atores sociais que ocupam um determinado espaço, tendo em conta suas vivências, experiências e memórias, juntamente com certas condições materiais que permitiram se organizarem de determinadas formas. As trajetórias revividas pelas memórias que trazem à tona e que são ferramentas fundamentais para o trabalho do historiador, são experiências de todos aqueles homens e mulheres e não grupos minoritários, que participaram da construção dos espaços.

Essa busca pela experiência dos sujeitos que constroem, cotidianamente, histórias, que se cruzam, interpenetram e moldam as sociedades, são buscadas pelo historiador, cujo papel de acordo com Said (1990, p. 33), orienta-se pela representação do passado dessas sociedades,

por meio do trabalho de pesquisa, desta forma: “(...) *Em qualquer exemplo, pelo menos da linguagem escrita, não existe nada do gênero de uma presença recebida, mas sim uma presença, ou uma representação.*” (SAID, 1990, p. 33). Neste sentido, as produções no campo da historiografia, seriam representações de quem escreve, a partir do universo daquele que escreve. Essas são questões que se mantiveram muito presentes nas análises que culminaram na elaboração deste estudo.

A preocupação em entender a formação territorial, bem como as questões de acesso a terra e riqueza no país, transparecem nossa preocupação em compreender a história como experiência, e as relações de trabalho, juntamente com a escravidão contemporânea como resultados de deslocamentos, reflexões que não cabem em cadeias interpretativas constituindo-se em experiência de gente, incluída ou não no processo produtivo, retirantes que podem ser vistos a partir do olhar de João Cabral de Melo Neto:

Somos muitos severinos
iguais em tudo e na sina:
a de abrandar estas pedras
suando-se muito em cima,
a de tentar despertar
terra sempre mais extinta,
a de querer arrancar
algum roçado da cinza.
Mas, para que me conheçam
melhor Vossas Senhorias
e melhor possam seguir
a história de minha vida,
passo a ser o Severino
que em vossa presença emigra.
(MELO NETO, 1982, p. 70-72)

Este é um estudo do espaço ao mesmo tempo do lugar daquele que fica e do não-lugar daquele que parte a cada ciclo de trabalho encerrado. De acordo com Borges (...) *o não lugar acaba, por sua vez, transformando-se num lugar especial, diferente e com outras características identitárias, desta vez construída por todas as pessoas que fazem a cidade, e não por apenas um segmento, como normalmente acontece nos lugares muito tradicionais*”(BORGES, p. 2006).

A intensificação dos deslocamentos humanos ocorrida no Brasil pós-1970, ocorreu na perspectiva da cultura do capital e motivou a ocupação das áreas tidas como de fronteiras, nas

quais políticas de incentivo governamental, estimularam a expansão do capital no estado de Mato Grosso. Para Martins “(...) *As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado. (...) o poder pessoal e oligárquico e a prática do clientelismo são ainda fortes suportes da legitimidade política no Brasil*” (1999, p.20).

O diálogo em torno da fronteira econômica leva a pensarmos também a fronteira cultural. Bhabha (1998), no livro “O local da Cultura”, ajuda a pensar as fronteiras da cultura como um problema relativo à expressão da diferença cultural. Para Bhabha, enquanto o conceito de diversidade cultural conduz, essencialmente, a uma discussão filosófica, a ideia de diferença cultural remete à enunciação da cultura, isto é, a um processo através do qual se produzem afirmações a respeito da cultura, que fundam e geram diferenças e discriminações, ao mesmo tempo em que estão na base da trama de relações de poder e de práticas sociais muito concretas, de institucionalização, de dominação e de resistência.

ACESSO À PROPRIEDADE EM ESPAÇOS DE DESTERRITORIALIZAÇÃO

Os meandros da relação de poder no Brasil são constituintes do acesso diferenciado a riqueza e propriedade, “(...) *especificamente preocupado com a questão do que leva a definir como corrupção os acontecimentos recentes, penso que é necessário recorrer à história daquilo que permanece, isto é, a história da constituição de mecanismos de poder e da constituição de instituição em que o público e o privado se confundem*” (MARTINS, 1999, p. 24). A doação de grandes extensões territoriais, que promoveram a concentração de terras e de capital é exemplo de como ocorreu essa confusão entre o público e o privado no Brasil, pois “(...) *o clientelismo político sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre poderosos e ricos não uma relação entre ricos e pobres.*” (MARTINS, 1999, p. 29)

No Brasil foi institucionalizada uma política de ocupação de “terras livres”, ou dos “espaços vazios” alardeados como sendo territórios à espera da ocupação do capital. Essa ideia virou “política de governo” com o programa “Marcha para o Oeste”, criada ainda no Governo Vargas, aplicada após o Golpe de 1964, e fortalecida com as políticas de ocupação pós-1970, as continuadoras desses projetos geopolíticos.

No âmbito dessas políticas de “ocupação dos espaços vazios”, alguns grupos eram “eleitos” para, tornarem-se proprietários de terras, como mostrou Guimarães Neto (1986):

Os empresários paulistas e o capital estrangeiro foram, efetivamente, os eleitos pelo regime militar para reencarnar o autêntico espírito bandeirante – conhecedor e explorador dos sertões -, a fim de levar adiante um projeto de colonização privada. Um projeto que, a princípio, tinha o propósito de ocupar e desenvolver os “espaços vazios” da Amazônia, com pontos avançados de desenvolvimento econômico e social, irradiando progresso por toda a região. (GUIMARÃES NETO, 1986, p. 75)

No tocante às ocupações dirigidas pelo estado brasileiro, os atores sociais que compuseram este cenário, reforçam identidades para além deste espaço que ocupam sazonalmente, a presença do lugar de origem tem sido uma constante na vida dessas pessoas. Na interpretação de Bauman,

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’.(BAUMAN, 2005, p.17)

No mundo contemporâneo ocorre um fenômeno que contribui para essa questão da referida crise de identidade, e que se traduz em uma possibilidade de vir a ser descartado do cenário:

(...) não tornar um hábito coisa alguma que se pratique no momento, não estar preso pelo legado do próprio passado, usar a identidade atual como se usa uma camisa que pode ser prontamente trocada quando em desuso ou fora de moda, rejeitar as lições do passado e abandonar antigas habilidades sem inibição nem remorso (...) parece uma cultura do desengajamento, da descontinuidade e do esquecimento. (BAUMAN, 2005, p. 144).

A problemática da identidade e sua fragmentação na nova constituição dos espaços tem relação com a problemática dos territórios, “(...) a desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases.” (HAESBAERT, 2005, p. 21)

Na prática, o que existe é um processo contínuo de busca humana por novos territórios. O processo de migração de trabalhadores para o estado de Mato Grosso, aponta para essa busca de um território que o abrigue, que lhe dê condições de sobrevivência, mesmo que de forma temporária. Figueira (2004, p. 31) chama essas pessoas de “deslocadas”, às vezes “atopos”. Os motivos que levam os trabalhadores a saírem de seus estados de origem, sobretudo de Pernambuco e Piauí em direção ao Mato Grosso, tem relação com os motivos que levam os trabalhadores apontados por Figueira a realizarem trajetos migratórios análogos,

A pessoa sendo atraída por algum motivo, empreende pela primeira vez uma viagem para além da fronteira do município onde nasceu ou empreende várias viagens; é tangida pela esperança de superar uma situação de penúria e fome, busca uma forma de “enricar”, foge de um problema criminal ou afetivo, manifesta a virilidade ou o companheirismo, deseja ser o provedor doméstico, vive uma aventura em terras estranhas.(FIGUEIRA,2004 , p. 113).

Seriam os desterritorializados apontados por Bauman, que ao falar acerca de sua trajetória, nos remete aos deslocamentos que são característicos da contemporaneidade. “(...) *uma vez tendo sido obrigado a me mudar, expulso de algum lugar que pudesse passar pelo meu ‘habitat natural’, não haveria um espaço a que pudessem consider-me ajustado, como dizem, cem por cento. Em todo e qualquer lugar eu estava – algumas vezes ligeiramente, outras ostensivamente – ‘deslocado’.*”(BAUMAN, 2005, p. 18).

São essas questões que nos permitem pensar acerca da desterritorialização a qual os trabalhadores alvos da escravidão contemporânea foram sujeitos. O termo desterritorialização só passou a ser estudado e apontado nas pesquisas em período mais recente, entretanto os argumentos utilizados em torno dessa questão não são inéditos como aponta Haesbaert (2005, p. 21), ao afirmar que:

(...) muitas posições de Marx em “O Capital” e no “Manifesto Comunista” revelavam claramente uma preocupação com a “desterritorialização” capitalista, seja a do camponês expropriado, transformado em “trabalhador livre”, e seu êxodo para as cidades, seja a do burguês mergulhado numa vida em constante movimento e transformação, onde “tudo que é sólido desmancha no ar” na famosa expressão popularizada por Berman (1986).

Neste debate em torno da questão da desterritorialização, Haesbaert alerta para o fato de que para entendê-lo, faz-se necessário entender primeiramente o que se concebe como território o autor alerta para o fato de que:

[...]a desterritorialização existe, ela está referida sempre a uma problemática territorial e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território. Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais- o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades (HAESBAERT, 2005, p. 35).

Parece-nos que a obra de Bauman (2005) diverge em alguns aspectos das concepções apontadas por Haesbaert, visto que para ele ao mesmo tempo que considera *“as questões da identidade como estando ligada ao colapso do Estado de bem-estar social e ao posterior crescimento da sensação de insegurança, com a “corrosão do caráter” que a insegurança e a flexibilidade no local de trabalho têm provocado na sociedade”*. Considera também a identidade *“como algo revelado a ser inventado, e não descoberto”*. Em suma, o discurso que procura estabelecer uma identidade, tem fundo, claramente ideológico, defende interesses que não são necessariamente legítimos.

Enquanto para Haesbaert a desterritorialização, apresenta-se como um mito e o que existe na verdade são territórios múltiplos, Bauman fala da existência de desterritorializados, cuja manutenção dessa condição é fundamental para a manutenção da estrutura territorial vigente,

Se o excesso populacional (...) pode ser removido e transportado de modo rotineiro para além das fronteiras do recinto em que se busca o equilíbrio econômico e a harmonia social, as pessoas que escapam à remoção e permanecem dentro do recinto, mesmo que agora redundantes, são marcadas para a reciclagem. (BAUMAN, 2005, p. 90).

Consideramos oportunas algumas reflexões em relação ao “não-lugar”, pensamos que os dormitórios temporários, os alojamentos, bem como uma diversidade de lugares com infraestrutura deficiente, criados especificamente para abrigar os trabalhadores que se encontram em situação de vulnerabilidade, podem ser entendidos como “não-lugares”, espaço, onde o trabalhador, desterritorializado de seu lugar de origem, sofre os efeitos advindos de uma

fragmentação da sua identidade e, em alguns casos até mesmo a perda desta. Há momentos em que chegam à condição de “lixos humanos”, habitando a tênue fronteira que os separa da condição de seres humanos. Vivendo em barracões, espaços de uma vida em suspense, à espera sempre do momento de retorno para os locais de origem onde, em geral, o que aguarda a maioria desses trabalhadores acaba se transformando em situação de marginalização social e pobreza,

Estão “fora”, mas apenas por um tempo – seu “estar fora” é uma anomalia que merece ser curada. Elas precisam claramente ser ajudadas a “voltar para o lado de dentro” logo que possível. São o “exército de reserva da mão-de-obra” e devem ser colocadas e mantidas em forma de um modo que lhes permita retornar ao serviço ativo na primeira oportunidade. (BAUMAN, 2005, p. 91)

Os efeitos do reordenamento econômico global vivido no pós 1990 criou um novo estatuto para as pessoas que não conseguem acessar posse e bens estas, deixam de ser desempregadas e se tornam “redundantes”, ou seja, passam a não ter mais espaço, e conforme as palavras de Bauman (2005), tornam-se “refugo”, “lixo”. A trajetória dos referidos trabalhadores tem características marcantes, visto que o limite entre exclusão e inclusão pode ser muito tênue.

O PROJETO “AÇÃO INTEGRADA” EM UM ESPAÇO DE “REDUNDANTES”

O Programa de qualificação e reinserção social dos egressos do trabalho escravo e de trabalhadores em situação de vulnerabilidade sócio-profissional no Estado de Mato Grosso, nasceu em 2009 como um projeto piloto e tinha a pretensão de que por seus resultados viesse a subsidiar a elaboração de futuras políticas públicas que versassem sobre a matéria.

No ano de 2004 foi criado o Fórum Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo em Mato Grosso dentro da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) com a participação de diversos entes ligados à administração pública e à sociedade civil organizada. Em 2007, com a edição do Decreto nº 985 de 07/dez/2007 foi criada a Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAE), e no ano de 2008 foi apresentado o Plano de ações para a erradicação do trabalho escravo para o estado de Mato Grosso materializado no Decreto nº 1.545 de 29 de agosto de 2008 tendo sido a seguir aprovada a Agenda Estadual

Para o Trabalho Decente cujo propósito era erradicação do trabalho escravo e infantil, além da redução de acidentes de trabalho.

No ano de 2008, até julho, a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de Mato Grosso, havia realizado 13 operações em 29 fazendas atingindo um total de 4.636 trabalhadores, com 262 registros em Carteira de Trabalho e Previdência Social assinadas, 154 trabalhadores resgatados e 247 autos de infração aplicados totalizando R\$1.326.405,25 em indenizações (SRTE/MT, p.8).

Ao final de 2008, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel Regional (GEFM-R) da SRTE/MT totalizou 272 resgatados. Destes, 221 declararam residir no Estado, apenas 20 na zona rural (81,25%). 257 trabalhadores declararam a naturalidade e destes, 120 afirmaram ter nascido no Mato Grosso (46,7%). 259 informaram grau de instrução: 62 não alfabetizados (23,9%); 64 não completaram as séries iniciais do fundamental (24,65%); 23 tinham as séries iniciais do fundamental completas (8,8%); 90 deles tinham as séries finais do ensino fundamental incompletas (34,9%); 12 deles tinham as séries finais do ensino fundamental completas (4,6%); 4 tinham o ensino médio incompleto (1,5%) e 4 com o ensino médio completo (1,5%).¹

A faixa etária da maioria dos resgatados pode ser identificada da forma que segue: 20 a 30 anos (31%) e entre 30 a 40 anos (25%).

O projeto piloto foi pensado para um prazo mínimo de execução de 12 meses de tal sorte a proporcionar a avaliação dos resultados, sendo seu principal objetivo ofertar elevação educacional e/ou formação profissional aos trabalhadores resgatados ou em situação de vulnerabilidade ao trabalho escravo, sendo que os recursos financeiros para lastrear as ações, seriam provenientes dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), aplicadas pelo Ministério Público do Trabalho 23ª. Região/MT, além de Sentenças Judiciais provenientes da Justiça do Trabalho do estado do Mato Grosso.

A operacionalização ficou a cargo do Ministério do Trabalho e Emprego por intermédio da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego; Ministério Público do Trabalho através da Procuradoria Regional do Trabalho 23ª. Região – PRT/MTe Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social de Mato Grosso – SETECS. O monitoramento esteve sob a responsabilidade da COETRAE - Comissão Estadual para a

¹ Os dados apresentados foram retirados das fichas formuladas pelos integrantes do projeto que ajudaram a compor os números da escravidão no estado do Mato Grosso.

Erradicação do Trabalho Escravo. Foi firmado um *Acordo de Cooperação Técnica* entre o Ministério Público do Trabalho através da Procuradoria Regional do Trabalho 23a Região – PRT/MT, Ministério do Trabalho e Emprego por intermédio da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – MTE, Universidade Federal de Mato Grosso UFMT e a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da UFMT – Fundação Uniselva, em consonância com as mais atualizadas percepções acerca de políticas sociais, visando garantir o relacionamento inter organizacional, entre agências estatais e, sobretudo, entre o Estado e a sociedade civil, visto que, conforme consta na Política Nacional de Assistência Social :

A gravidade dos problemas sociais brasileiros exige que o Estado estimule a sinergia e gere espaços de colaboração, mobilizando recursos potencialmente existentes na sociedade, tornando imprescindível contar com a sua participação em ações integradas, de modo a multiplicar seus efeitos e chances de sucesso. Desconhecer a crescente importância da atuação das organizações da sociedade nas políticas sociais é reproduzir a lógica ineficaz e irracional da fragmentação, descoordenação, superposição e isolamento das ações.

A partir das abordagens foram realizados estudos do Perfil Sócio-Profissional (EPS) dos egressos e público em situação de vulnerabilidade ao trabalho escravo, para a posterior busca da identificação de programas e projetos que atendessem suas demandas, daí resultando as ações integradas entre a Seção de Inspeção do Trabalho da SRTE/MT, Sistema Nacional de Emprego (SINE) e Centros de Referência em Assistência Social (CRAS).

Inicialmente foram previstas ações integradas de assistentes sociais e psicólogas (CRAS) com auxílio da Coordenação de Fiscalização Rural da SRTE/MT, a fim de propiciar a abordagem adequada dos trabalhadores para motivá-los a participar do projeto. Também se previu a sensibilização das empresas privadas com objetivo de aderirem ao Programa, além do envolvimento gradual de instituições que desenvolvessem políticas de qualificação com as demais políticas públicas de trabalho, emprego e renda de tal sorte a proporcionar aberturas de vagas em cursos de qualificação profissional e educacional junto aos órgãos governamentais, em emprego direto em empresas privadas e em programas de geração de trabalho e renda.

Foram buscadas as parcerias entre os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) de várias partes do Estado. Houve dificuldade no diálogo com os CRAS, em razão de muitos desses profissionais desconhecerem a realidade do trabalho escravo contemporâneo

em seu município. Com o Sistema SESI/SENAI foi firmada uma parceria que pode ser considerada das mais bem sucedidas nessa primeira etapa do Piloto. Em que pese o alto custo financeiro da inserção de um grupo de 17 trabalhadores no programa denominado Educação Básica e Educação Profissional (EBEP), os resultados projetaram os parceiros internacionalmente. A parceria com a Organização Internacional do Trabalho – OIT foi estratégica e fez reverberar as ações do projeto por todo o território nacional. A parceria com a Associação Mato-grossense dos Produtores de Algodão (AMPA) é aqui citada como um exemplo de como uma entidade ligada ao setor patronal rural pode se envolver nas ações propostas ajudando a quebrar as resistências de alguns produtores e eventualmente atraindo apoios financeiros para custear novas ações e, ao mesmo tempo, devolve a setores visados pelas ações de fiscalização, uma boa imagem perante a sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à propriedade territorial no Brasil, apresentou-se desde os primórdios como sendo destinada a grupos minoritários e bem definidos, neste contexto criou-se a relação entre proprietários e trabalhadores, cujas marcas podem ser notadas no sistema patrimonial e clientelista que ainda impera no Brasil.

As relações de trabalho brasileiras foram resultantes de um modelo de ocupação territorial constituídas ao longa da história deste país, marcadas pela exploração da força de trabalho, uma exploração que atravessou os séculos de nossa história e continua muito viva no mundo do trabalho contemporâneo.

Ao propormos refletir acerca da constituição do mundo do trabalho, bem como o fato de ter ocorrido um processo de desterritorialização que foi criando os “redundantes” o “refugio” humano, foi por entendermos que a maneira como se deu o acesso a terra no Brasil, contribuiu para a construção de uma sociedade que limitou os espaços e produziu os seres humanos sem lugar no mundo.

As ações do “Projeto Ação Integrada”, sucintamente tratadas neste artigo, são tentativas de pensar novas possibilidades para as pessoas que foram vítimas do aliciamento que resultou em escravidão a que foram submetidos em fazendas no interior do estado de Mato Grosso, apresenta-se como um *locus* importante acerca das questões referentes à escravidão no mundo contemporâneo e um veículo de denúncia acerca da degradação imposta por seres humanos contra seus iguais.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ARENDDT, Hannah. *Da revolução*. São Paulo: Ática, 1990.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Tradução de Carlos Aberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra*. A escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde*. Dissertação de mestrado. Campinas, 1986 (mimeo).

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

JOANONI NETO, Vitale. Do sonho da terra à terra do sonho, memória da reconstrução da vida privada no Mato Grosso após 1970. *Territórios e Fronteiras*, v. 7, p. 193-208, 2006.

MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.

NETO, João Cabral de Melo. *Morte e Vida Severina: e outros poemas em voz alta*. 16.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

STEINBECK, Jonh. *As Vinhas da Ira*. Tradução de Ernesto Vinhaes e Herbert Caro. São Paulo: abril cultural, 1979.

WEBGRAFIA

www.oit.org.br/info/downloadfile.php?fileI.d=237

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Lugar e não-lugar na economia: inquietações compartilhadas*. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br>. Acessado em 05/11/2008.

FONTE

Política Nacional de Assistência Social. Brasília, Novembro de 2005. Disponível em: www.mds.gov.br/assistenciasocial/...nacional-de-assistencia-social. Acessado em 24/03/2013.